

# **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB UMA PERSPECTIVA POLITÉCNICA**

**Jane Rose Silva Souza**  
**EPSJV/FIOCRUZ**  
**FIC/FEUC/UNESA**

## **I-INTRODUÇÃO**

Este artigo pretende contribuir para aprofundar as reflexões sobre o modelo de educação e padrão de comportamento exigidos dos profissionais atualmente, procurando estabelecer uma relação entre as exigências do mundo do trabalho, numa perspectiva neoliberal, extremamente capitalista, e a saúde do trabalhador, mais especificamente do professor, foco de pesquisa no Mestrado em Educação Profissional em Saúde, em curso na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, localizada na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ)

Como referencial teórico serão utilizados autores que discutem o trabalho como princípio educativo e a relação entre Trabalho, Educação e Saúde, sendo consultada, ainda, a produção do Grupo de Trabalho- Trabalho e Educação (GTTE), constituinte da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)

## **II-BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

O discurso sobre o mundo contemporâneo e globalizado e as decorrentes transformações nas diferentes instâncias da sociedade, sobretudo nas últimas décadas, acarretando a necessidade de reestruturação tanto nas relações do universo acadêmico quanto profissional, faz-se presente em diferentes espaços e campos de conhecimento. A mídia é um dos veículos mais utilizados para ratificar tal discurso, além de disseminar e influenciar o imaginário social de que a educação, portanto, precisa e deve estar em sintonia com a realidade como a apresentam, o que causa grande inquietação e a busca constante de soluções e adaptações urgentes às exigências postas. Com isso, cada vez mais há uma ênfase na educação profissional como inerente à (sobre)vivência e há

uma propagação acentuada de cursos profissionalizantes, no intuito de acelerar o processo de certificação, exigido pelo mundo do trabalho.

Tal quadro pode ser verificado nas pesquisas divulgadas nos sites e órgãos oficiais. Segundo o último censo escolar, divulgado recentemente em 2008 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), as matrículas no ensino profissionalizante no Brasil são as que mais crescem. Comparado a dados anteriores, o aumento corresponde a 14,7 por cento. Os números revelam crescimento em todo o país, entretanto, a expectativa é de expansão ainda mais significativa nos próximos anos, a partir dos investimentos do programa Brasil Profissionalizado.

A matrícula nas escolas técnicas de nível médio alcançou aproximadamente 707.300 pessoas (7,86%). Os alunos com idade superior a 20 anos respondem por 66% desse total, 58% deles matriculados em instituições privadas, sendo que 83,5% concentravam-se nas regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste). (BRASIL. Ministério da Educação. Inep. Censo Escolar 2003-2005.)

Segundo Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o censo de 2008 ainda não refletiu os números do crescimento da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, nem tampouco dos mais novos institutos federais que, sozinhos, responderão pelo aumento do número de vagas, “das atuais 215 mil, para 500 mil até o final de 2010”.

Parte significativa das setenta e cinco novas escolas que compõem os institutos não foi contabilizada no censo de 2008, pois passaram a funcionar somente no segundo semestre daquele ano, quando os dados já haviam sido coletados. Mais 1,1 bilhão de reais ainda serão injetados no ensino profissional até o fim de 2010.

Além disso, dezoito estados da federação receberam recursos, através do programa Brasil Profissionalizado, a fim de incrementar ainda mais a educação profissional no país.

A tônica do Censo Escolar foi de crescimento na rede estadual como um todo, com destaque para o Acre, que teve um aumento de 107,7% no número de matrículas. Entre os que mais cresceram também estão o Distrito Federal, com crescimento de 86,8%, Tocantins, com 78,7% e Mato Grosso, com 65,5% a mais no número de matrículas de

educação profissional. (Disponível em <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article4307>.)

Há a perspectiva de ampliação de vagas também nas entidades que participam do Sistema S, voltado para trabalhadores de baixa renda, como SENAC e SENAI, que devem destinar dois terços de seus recursos para financiar a oferta gratuita de cursos.

A importância dos investimentos no setor ganha justificativa no discurso de que há escassez de acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior: apenas 30% dos jovens chegam à universidade e a parcela restante (70%) tem no ensino profissionalizante a oportunidade de aprimoramento acadêmico e entrada no mercado de trabalho em melhores condições, além dos ganhos de âmbito mais geral para todo o país. Organismos internacionais atuam de forma assertiva para a implementação de programas e projetos que priorizem a profissionalização em um tempo cada vez mais agilizado, principalmente para as pessoas desse segmento social.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ganha destaque, confirmando a necessidade de promoção da educação técnica e profissional no Brasil para preparar a juventude para o mercado de trabalho. Para isso, desde 1997 tem feito da educação profissional um dos seus eixos de atuação no Brasil, de acordo com as recomendações mundiais. O foco está nas parcerias com os governos federal e estaduais, na disseminação de idéias e subsídios na formatação de políticas para o setor que atendam ao que é apontado como necessidades sociais, trabalhando e divulgando a idéia de que contribui para a melhoria do sistema educacional no país, o que, conseqüentemente, terá reflexo na condição de vida da população.

Conforme apregoa, a UNESCO apoia seu trabalho em iniciativas e ações voltadas para o desenvolvimento de competências de gestores e de equipes técnicas, de modo que esses profissionais possam planejar e executar ações que dinamizem o acesso, a permanência e o sucesso dos resultados da educação profissional no Brasil.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, a importância e necessidade da Educação Profissional é ratificada quando a mesma é definida como uma das modalidades de educação (assim como a

Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial) ganhando tratamento específico (Berger Filho, 1999). De acordo com a lei, a educação profissional pode ser entendida como etapa complementar à educação básica, a qual deve estar articulada, podendo, entretanto, ser desenvolvida em diferentes momentos, para jovens e adultos com escolaridade diferenciada.

A educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores, com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. A educação profissional deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (1999, disponível em <http://www.rioei.org/rie20a03.htm>)

O autor enfatiza. Ainda, que

A educação dita *secundária* ou *secundária superior*, a que corresponde ao ensino médio no Brasil, é a grande questão com que se debatem atualmente os sistemas educacionais. Como conciliar os objetivos de preparação para o prosseguimento de estudos, de preparação para o trabalho e de desenvolvimento pessoal nos cânones contemporâneos? Que vínculos estão sendo estabelecidos entre a educação geral e a educação profissional? Os grandes desafios que esses sistemas enfrentam assumem na realidade brasileira características específicas de um país que está passando por grandes transformações. Os sistemas educacionais estão obsoletos quer na sua concepção, quer nas possibilidades de trajetórias que oferecem ou ainda no estágio tecnológico em que se encontram, embora haja exceções. A estrutura educacional e o modelo de oferta têm que ser construídos de forma bastante flexível para atender a diferentes situações no tempo e no espaço, considerando tanto as rápidas mudanças tecnológicas e as necessidades da vida cidadã como as tendências regionais e do mercado internacional (ibid)

Como podemos perceber, a educação profissional vem sendo tratada sempre atrelada a questão da (re)colocação do trabalhador em um perfil que se enquadre no padrão estabelecido no/pelo mundo do trabalho.

Não questionamos a necessidade de os diferentes sujeitos serem trabalhados no sentido de se desenvolverem cada vez mais, mas, sim, o fato de a educação formal ganhar conotações que os fragmentam e à realidade, dissociando o trabalho de sua condição de inerente à própria formação humana. Enfatizar a educação profissional em uma dimensão técnica ou tecnológica, apenas, visando instrumentalizar os trabalhadores para o mercado de trabalho, para atender, minimamente que seja, as exigências do mundo da produção, numa perspectiva neoliberal, significa desconstruir a concepção de

trabalho como princípio educativo, como atividade realizada pelo ser humano para dar conta das necessidades que a vida lhe vai apresentando no decorrer de sua existência.

Acreditamos que, mesmo em um país com dimensões continentais como o nosso, rico em contrastes (econômicos, sociais, culturais, regionais...), seja possível desenvolver sistemas educacionais dentro de tal acepção e é isto que delinearemos a seguir.

### **III-A POLITECNIA COMO PERSPECTIVA EDUCACIONAL**

As bases materiais que organizam o tipo de relação social capitalista, em um contexto neoliberal, no qual tudo tem a lógica economicista, interferem diretamente não só na vida cotidiana do cidadão como na própria concepção de cidadania, conhecimento, ser humano, sociedade...vigente e na que se projeta construir.

Numa sociedade em que há a preocupação maior com a produtividade e lucratividade, o trabalhador também passa a ter uma relação contratual de compra e venda de sua força de trabalho para gerar acumulação e lucro para o capitalista, tornando-se ele próprio uma mercadoria. A forma como essa percepção de si mesmo e das relações estabelecidas no mundo que o cerca e no qual, ao mesmo tempo, está imerso, vai sendo constituída e perpassa diretamente pela educação a que se tem acesso desde a mais tenra idade. Valores, concepções e visão de mundo, subjetividades, entre outros elementos inerentes à condição humana, são cultural, histórico e socialmente construídos.

Da mesma forma, o conceito de trabalho e a dimensão que este assume para o indivíduo, em particular, e para a sociedade, de forma global, não ocorrem de modo “espontâneo ou natural”<sup>1</sup>. Pelo contrário: os sistemas educacionais, desde os níveis iniciais de escolarização, vão trabalhando conceitos e conteúdos nas diferentes áreas de conhecimento que podem corroborar determinadamente para o desenvolvimento de comportamentos e compreensão de mundo favoráveis a uma sociedade voltada para o mercado, exigindo mais competitividade, produtividade, mão-de-obra qualificada.

Como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005,p1093), ao analisarem o percurso histórico da Educação Profissional no Governo Lula, uma formação integrada, na perspectiva de trabalho como princípio educativo, não pode ser compreendida como

<sup>1</sup> Destaque meu

a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso [...] a integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”

A educação formal assume, nessa concepção, mais uma conotação de instrumentalização, preocupando-se em trabalhar competências e habilidades como sinônimo de atividade, de “aprender a fazer”<sup>2</sup>, numa dimensão técnica. Se contrapondo a isto, afirma Ramos (2005, p.118), “o desenvolvimento de competências é uma consequência e não o conteúdo em si desse processo(pedagógico) e que os efeitos pretendidos com a prática pedagógica podem se constituir no máximo como horizontes, cujos limites se alargam permanentemente na proporção das próprias aprendizagens.” Como ressalta a autora, as práticas pedagógicas devem estar preocupadas em articular diferentes saberes a serem ensinados/aprendidos com o intuito de promover a integração das múltiplas dimensões humanas :cognitiva, que concerne na capacidade de desenvolver os esquemas mentais; epistêmico, referente à capacidade e necessidade de conhecer; ontológica, compreender e construir sua própria existência...

É nessa concepção que a politecnia assume sua perspectiva educacional. Trabalhar o sujeito para que perceba o trabalho como princípio educativo torna-se mister. Como aponta Savianni(2007), é necessário que ele desenvolva a concepção de que sua produção é, ao mesmo tempo, sua formação, sendo, pois, o trabalho um processo educativo. Tal premissa é ratificada por Frigotto (2005) e significa compreender o trabalho como elemento essencial e constitutivo do ser humano, elemento este fundamental à compreensão de si mesmo, da sua existência, de suas necessidades e da capacidade de projetar formas de satisfazê-las (dimensão ontológica) e além de desenvolver a percepção de como ocorre a produção social de sua própria existência (dimensão histórica).

Se os sistemas educacionais incorporarem o trabalho como princípio educativo desde os níveis mais elementares, desenvolverão desde a mais tenra idade a mentalidade de que todos os seres humanos têm necessidades semelhantes, enquanto pertencentes de uma espécie (necessidade de alimento, proteção...). Aprender que é através da própria ação e trabalho que se pode produzir sua existência é importante e essencial se temos como projeto de ser humano e sociedade, um universo realmente calcado na igualdade, no sentido de desconstruir a mentalidade de que uns poucos “têm o *direito* de ter para si

---

<sup>2</sup> Destaque meu

a propriedade e os meios de produção”<sup>3</sup>, o que o qualificaria a explorar e submeter os demais.

Trabalhar a educação numa concepção politécnica significa estabelecer uma relação intrínseca entre trabalho e educação, compreendendo que a formação humana ocorre no momento em que se constrói a realidade e as condições materiais de existência. Como ressalta Ramos(2008), esta relação deve ser compreendida como produções humanas, histórico e socialmente construídas, o que significa que reflete o modelo de educação e de produção vigente, que no mundo hodierno, é o capitalista.

Em uma sociedade com tais padrões, essa identidade é profundamente marcada/influenciada pelas determinações econômicas e político-sociais, demandadas pelo capitalismo, de acordo com o pensamento economicista/empresarial. Sendo assim, há maior preocupação com resultados quantitativos, com uma maior produtividade, com a formação de mão-de-obra suficientemente qualificada do que com a formação omnilateral ou com a constituição desses seres humanos, que devem ser preparados para as demandas do mercado atual com novos padrões de competitividade. A educação, então, deve (cor)responder a tais padrões, mas sem que haja, necessariamente, uma discussão sobre os processos formativos desse profissional como sujeitos históricos.

#### **IV- A RELAÇÃO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO E O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES**

A dinâmica acelerada da sociedade em que vivemos, tem provocado o aparecimento e/ou o retorno de algumas doenças, muitas relacionadas a questões emocionais e psicológicas, que afetam não só o indivíduo, mas toda a sociedade, visto que passam a se constituir problemas de ordem social e pública, necessitando de atenção e investimentos governamentais. É necessário, pois, compreender as relações de produção e a formação exigida e oferecida aos profissionais para que se possa perceber e, ao menos, tentar reverter o processo de adoecimento das diferentes categorias profissionais, incluindo, claro, os docentes.

Tal realidade nos remete à Teoria do capital Humano, que, segundo Frigotto,(1998), defende como caminho para a superação das desigualdades econômicas e sociais tanto entre as diferentes nações quanto individuais, o investimento em capital humano. Sendo

---

<sup>3</sup> Grifo meu

assim, o ser humano é visto como abstrato e “livre”, descolado do contexto sócio-histórico-cultural-político. Ideologicamente é difundido que o êxito ou fracasso é individualizado e que cada um, pessoalmente, deve se esforçar para garantir seu sucesso e da coletividade, o que corrobora, teoricamente, para o desenvolvimento do país.

Atualmente, a Teoria do Capital Humano reforça a tese do ser humano como mercadoria e submete a educação ao processo de produção capitalista, interferindo sistematicamente na formação dos sujeitos. Há uma grande ênfase em termos como sociedade do conhecimento; qualidade total; formação flexível; empregabilidade; pedagogia das competências etc que são importados do meio empresarial e administrativo.

Para atender a demanda do mundo do trabalho, que cada vez mais exige (re)qualificação dos trabalhadores, verifica-se uma proliferação de cursos profissionalizantes, mais preocupados em oferecer, de forma alijeirada, as certificações que os profissionais precisam do que trabalhar uma formação integrada. Como consequência, vemos a intensificação de uma educação profissional distanciada da educação como processo intercomplementar do trabalho, sendo esta atividade inerente à constituição do ser humano. Percebe-se, então, o aprofundamento do fosso das desigualdades sociais e econômicas, ratificado pela manutenção, embora de forma mascarada e/ou disfarçada, da dualidade da instituição escolar, que continua atendendo de forma distinta às diferentes classes sociais, o que pode ser percebido pela própria grade curricular e a organização do espaço-tempo das instituições, tanto de formação geral como profissional, conforme o público-alvo a que se destina.

Embora a Organização Internacional do Trabalho (OIT,1984) tenha reconhecido a importância e definido as condições de trabalho dos docentes, os mesmos atuam cotidianamente nas salas de aula e que vivenciam diretamente a pressão da sociedade, insatisfeita com a realidade do ensino oferecido nas escolas. Doenças psicológicas, como estresse, depressão, estado neurótico, Síndrome de “Burnout”<sup>4</sup> entre outros. As exigências quanto a competitividade, produtividade, mão-de-obra qualificada e uma flexibilidade para dar conta de muito mais que o processo ensino-aprendizagem (o que gera um sobre esforço para a realização de suas tarefas) aparecem como fatores

---

<sup>4</sup>4-Produzida pelas condições de vida e trabalho, esta síndrome se caracteriza por um estado de exaustão resultante de trabalho extenuante, sem satisfação. Perda de motivação por conta de falta de políticas públicas, carência de sonhos, etc

produtores e intensificadores de tal quadro, assim como as condições materiais/concretas nas quais o processo de trabalho docente se desenvolvem.

Atualmente, o professor tem tido várias obrigações que vão para além da mediação do processo de conhecimento do aluno, assumindo outras responsabilidades, como articulação entre escola e comunidade, participação na gestão e planejamento escolares...o que têm exigido mais de si, no que concerne a buscar, por meios próprios, melhor qualificação para dar conta da complexidade do que lhe é exigido, mas que não é disponibilizado e/ou facilitado pelos setores de gestão/administração escolar. Tal esforço acarreta um aumento de jornada de trabalho não remunerado e não reconhecido, como apontam Barreto e Leher( 2003) e , conseqüentemente, de um cansaço físico e mental desse profissional, a quem o sistema escolar transfere a responsabilidade e a (culpabilidade) das lacunas que deveriam ser por ele preenchidas.

Dal Rosso (2008) endossa essa constatação quando aponta a intensificação do trabalho (em que há uma forte cobrança sobre o trabalhador para que, em um espaço cada vez mais curto de tempo, apresente mais resultados, ritmo mais intenso e maior flexibilidade) como responsável por maiores desgastes físico, emocional e psicológico.

A polivalência faz com que o trabalhador se desdobre em várias tarefas sucessivamente, de tal forma que lhe seja praticamente impossível trabalhar de maneira a usufruir de pequenos intervalos de descanso. Em outros termos, ela seria o meio pelo qual o trabalho passaria a ganhar em intensidade, a exigir maior empenho, a consumir mais energias pessoais, físicas, emocionais e cognitivas (p.14)

A todo momento o professorado é “convocado”<sup>5</sup> a desenvolver as competências e habilidades que possam garantir a si e a seus alunos oportunidades iguais na sociedade. Tal discurso enfatiza o individualismo e foca no sujeito a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso que o mesmo possa ter e proporcionar ao outro.

O estudo de Esteve(1991) é muito apropriado para ilustrar esta realidade

A situação dos professores perante a mudança social é comparável a de um grupo de actores, vestidos com traje de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário, em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior. Uma nova encenação pós-moderna, colorida e fluorescente, oculta a anterior,

---

<sup>5</sup> -Destaque meu

clássica e severa. A primeira reacção dos actores seria a surpresa. Depois, tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando acabar com o trabalho para procurar os responsáveis, a fim de, pelo menos, obter uma explicação. Que fazer? Continuar a recitar versos, arrastando largas roupagens em metade de um cenário pós-moderno, cheio de luzes intermitentes? Parar o espetáculo e abandonar o trabalho? Pedir ao público que deixe de rir para que se oiçam os versos? O problema reside em que, independentemente de quem provocou a mudança, são os actores que dão a cara. São eles, portanto, quem terão de encontrar uma saída airoso, ainda que não sejam os responsáveis. As reacções perante esta situação seriam muito variadas; mas, em qualquer caso, a palavra mal-estar poderia resumir os sentimentos deste grupo de actores perante uma série de circunstâncias imprevistas que os obrigam a fazer um papel ridículo. (p.1997)

Questões ligadas ao sentimento de frustração com a profissão, partilhada por grande parte da categoria, relacionadas a fatores diferenciados, como condições de trabalho precárias, formação deficiente, acúmulo de exigências extraclasse, salários aviltantes, falta de valorização profissional, são recorrentes. Reconhecendo todas as contradições que envolvem a prática docente, assevera

a necessidade de se avaliar com mais profundidade os contextos sociais, afetivos e culturais que permeiam o exercício do magistério na medida em que as suas motivações, percepções, crenças, atitudes, valorizações relacionam-se diretamente com os modos de envolvimento das professoras com seus alunos e com a tarefa pedagógica. (1996, p. 87)

A forma como as inovações e reformas educativas são impostas também exercem influência importante na formação da auto-imagem desse profissional. Afinal, professores e professoras não são meros consumidores/reprodutores de conhecimento. Sem esta compreensão as ações voltadas para sua formação (inclusive em serviço) perdem sua eficácia, gerando uma resistência inicial difícil de ser superada. Torna-se necessário conhecer melhor quem são, quais as expectativas, os desejos, as certezas e inseguranças, destes profissionais perplexos e inseguros, como bem descreveu Esteve (Op. Cit), fruto da dinâmica do modelo capitalista de produção preponderante no mundo, hoje.

É importante que se invista nesse profissional oferecendo-lhe não só condições dignas de trabalho, mas também uma educação que integre os conhecimentos gerais e os específicos para seu campo de atuação, para que não estabeleça uma prática

pedagógica mecânica e/ou técnica, apenas. Embora saibamos que o ser humano educa-se em diferentes espaços e ininterruptamente, na sociedade a instituição escolar foi social e historicamente criada para auxiliar a quem por ela passa a apropriar-se dos conhecimentos já existentes e a desenvolver-se no sentido de conhecer e construir sua própria existência e o mundo do qual faz parte.

O sobre-esforço gerado pelas exigências do mercado, pelas obrigações a cumprir, pela necessidade de estar constantemente se aprimorando e qualificando, gera um estado de ansiedade e estresse, o que leva a um processo cada vez mais crescente de adoecimento dos trabalhadores, em geral .

## **V-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que o modo de produção capitalista engendra mudanças e interfere enfaticamente em todas as instâncias sociais, utilizando, para isso, cada vez mais, mecanismos de cooptação e coerção para, de certa forma, naturalizar as estruturas desiguais de seu modelo de produção, preocupando-se apenas em garantir a lucratividade, a produtividade e manter o mercado.

O contato com a teoria nos permite compreender que, se não lutarmos por uma educação formal, que se contraponha a esse lógica neoliberal, o trabalho será ratificado como sinônimo de atividade econômica, perdendo seu sentido ontológico, de realização pessoal, de manifestação criativa da atividade humana e de busca de explicação sobre a essência humana, de modo a atender suas exigências de sobrevivência, passando a ser um instrumento de exploração, expropriação e alienação dos sujeitos, uma vez que tem como prioridade a produção e acúmulo de riquezas. Além disso, nos dá suporte para pensar possibilidades alternativas de organização de resistência, visto que, como educadores, podemos contribuir para construir uma contra-hegemonia ao pensamento preponderante, ao mesmo tempo em que nos deixa a par das contradições dos embates teóricos que configuram o meio acadêmico, permeado pelas diferentes concepções teóricas de seus componentes.

Acreditamos que um modelo mais justo de educação e sociedade é viável e possível, sim. Utopia? Pode ser, mas quero uma pela qual valha a pena viver e lutar.

Como nos aponta Konder, “é a teoria que nos remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos , cotejando-as como prática”. Sendo assim,

é preciso conhecer o que nos é (im)posto para que possamos lutar e assumir a condição de sujeitos de práxis, que pensam e repensam a si e ao mundo que nos cerca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.39-60.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep. [Censo Escolar 2003-2005](http://www.rioei.org/rie20a03.htm). Disponível em <http://www.rioei.org/rie20a03.htm>

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António (Org.) **Profissão professor**. Portugal: Porto Editores, 1991, p. 93-124.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**, 2005. Acesso via web em 24 / 02/2010

[http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho\\_principio\\_educ.doc](http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho_principio_educ.doc)

\_\_\_\_\_. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido *in Educação & Sociedade* : Revista de Ciência da Educação. Campinas: Cedes, vol.26,n.92.p.1087-1113.Especial-out.2005

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp. 97-128

RAMOS, Marise N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p.106-127.

RAMOS, M.N. *Educação Profissional: contexto e questões atuais. Uma Introdução*. Texto produzido para o Curso de Mestrado em Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / FIOCRUZ, Ago. 2008 (mimeo).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores**: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ Unesco, 1984.

